

Uma nova perspectiva para o Livro de Cabeceira

A new perspective for The Pillow Book



O LIVRO de Cabeceira. Direção de Peter Greenaway. 1996. DVD (126 min.).

É possível aceitar o corpo humano como uma extensão para a vida após a morte e a pele humana como suporte de informação documental quando possuidora de alguma inscrição? A partir da reflexão sobre a temática do presente dossiê da revista, “Dispositivos estatais e construção social dos mortos”, relembra-se o filme *O Livro de Cabeceira* (1996), dirigido e roteirizado por Peter Greenaway. O filme se passa no Japão e em Hong Kong e retrata a paixão da modelo e aspirante a escritora, Nagiko Kiohara, pela literatura e escrita registradas em corpos. Ela cresceu com o costume de ter seu pai pintando seu rosto em seus aniversários com um texto que ressoava como uma benção. Ressalta-se que o processo de pintura corporal que aparece no filme é muito similar ao processo de tatuagem.

Durante muito tempo Nagiko sentia prazer em servir da sua pele como papel e assim possuía amantes que a lembrassem do prazer da caligrafia ao escreverem nela. Após ter seus registros rejeitados por um editor – o mesmo que aceitava os textos de seu pai –, Nagiko confia ao seu amante, que também era amante do editor, o desejo de se tornar escritora para honrar o seu pai. Ao ser convencida que deveria ser ela a escritora, ela e o amante tramam um plano em que ela passaria

* Doutoranda em Ciência da Informação pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Arquivista na Universidade Federal da Bahia (Ufba). CV: <http://lattes.cnpq.br/3604872097211963>

a escrever na pele dele o que seria um conjunto de 13 livros e ele seria o responsável por levar seus textos até o editor.

No decorrer do filme, Nagiko descobre que seu amante está se relacionando com o editor. Diante disso, passa a usar corpos de outros homens que aceitam utilizar a sua própria pele como suporte de informação para dar continuidade à escrita dos seus livros. Porém, uma fatalidade leva o amante de Nagiko e do editor a óbito. Diante da necessidade de prosseguir a leitura de um dos livros e sabendo que o seu amante foi enterrado com o livro de número 6, o editor providencia a exumação e a extração da pele do cadáver transformando-a em livro. Este se torna seu próprio livro de cabeceira, principalmente por ser a pele de uma pessoa pela qual nutria grande sentimento. A cena da extração da pele e sua preservação apresenta o bisturi cortando a pele do cadáver a fim de garantir os fragmentos textuais para a criação do livro de cabeceira do editor. Para tanto, visualiza-se um procedimento inicial com a pele sendo tratada pelo editor e por sua equipe para se tornar livro.

A morte do amante, porém, não interrompe a escrita dos textos de Nagiko em outros corpos, pois ao saber que o editor retirou a pele de seu amante e a transformou em livro, ela continua a escrever, a fim de recuperar o livro feito com a pele do seu também amante. Fascinado pelo que Nagiko escreve, o editor esboça uma reação a cada corpo que se apresenta a ele. O filme também aponta para a reprodução das mensagens inscritas em pele por meio de registro fotográfico ou por manuscrito com vistas a resguardar a informação materializada no corpo.

Restringindo-se à proposta temática do filme, é possível associar os estudos sobre a morte, os mortos e o morrer a alguns dos temas pesquisados pela Ciência da Informação (CI), área científica que tem como característica principal a interdisciplinaridade. A colaboração de diversos campos do conhecimento promove enriquecimento para as mais diversas disciplinas (Le Coadic, 1996, p. 22). Na CI o documento é resultado da união de um suporte mais informação. Isso quer dizer que a informação pode ser registrada em qualquer base material que sirva de inscrição. Diversos foram e são os tipos de suporte, como o papiro, o pergaminho, a pedra, a argila, o papel e, dentre outros, como o próprio corpo humano. Para a documentalista Suzanne Briet (2016, p. 1), o documento é “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

Essas explicações basilares são importantes para uma melhor compreensão da extensão do que representa a morte no filme *O Livro de Cabeceira*. Por meio dele, podemos identificar um relato de que a preservação de parte do morto permitiria ao editor manter ao mesmo tempo um documento e uma memória de pessoa amada. A morte não significa o fim da existência física da pessoa quando seus restos mortais - nesse caso, a pele - servem como recordação física da pessoa morta; ou seja, como documento. Assim, o sentimento de saudades pode ser suprido através de uma lembrança do próprio corpo falecido.

Outra reflexão válida é quando o sentimento de dor e raiva tomam Nagiko ao ver o seu diário - de papel - queimado pelo seu então marido pouco simpático por livros e leituras, após um desentendimento entre casal. No filme, a personagem promete ter um diário para

escrever sobre tudo, até mesmo sobre todos os seus amantes. Logo, seu diário de papel seria o seu livro de cabeceira. É possível que um diário queimado seja considerado o mesmo que o fim de uma vida, uma vez que se considere o diário como a representação literária da vida de uma pessoa, onde se narram fatos e histórias vividas. Embora não se compare à perda de uma pessoa, a perda do diário poderia ser considerada o fim de um objeto que serviu para registros existenciais que poderiam servir para recordar das histórias com o passar dos tempos. Sabemos que o ato de registrar tem relação também com a capacidade da mente humana em não lembrar de todos os fatos que se deseja; por isso se recorre à escrita como um recurso para memorizar o que se deseja. Cada vez que perdemos um objeto não preservado, nesse caso o documento, podemos nos perguntar se temos a morte da memória. Justamente por isso, concordo com Le Goff (1996, p. 538), para quem o documento é útil e produz efeito, além de ser resultante de uma montagem das sociedades que o produziram e das épocas sucessivas que continuaram a existir, além de ser duradouro e de servir para testemunhar e ensinar.

Semelhantemente, a pele também pode ser um suporte de informação escrita, igualmente como outros suportes, a exemplo do próprio papel, que tem poder de agir na sociedade. Nesse caso, os registros corporais serviram de recurso para a jovem Nagiko alcançar o editor ao ponto de deixá-lo fascinado com o que foi escrito e ansioso pelo conteúdo dos livros seguintes. Talvez, por isso, aceitar o documento apenas como transmissor exclusivo de informação é reduzir a sua ação entre sujeitos, pois o documento não apenas informa algo a alguém, mas também serve de prova e testemunho, garante direitos, promove conhecimento e auxilia na tomada de decisões. Decerto, é esperado que qualquer informação gere ação quando documentada. Nesse sentido, conforme afirma Frohmann (2006, p. 21):

“documento” nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as conseqüências e os efeitos da materialidade da informação.

A materialização de uma informação pode modificar as estruturas sociais e mentais de uma dada cultura ou sociedade, pois sua circulação enquanto documento promove diversas ações e comportamentos a partir do que está escrito. Um exemplo prático são as informações contidas em um testamento, pois os dados ali registrados, geralmente, tendem a definir a vida das pessoas contempladas. Desse modo, a materialização da informação registrada na pele dos personagens movimenta o filme, pois recebendo os livros por etapa, observa-se o comportamento fascinado do editor a cada corpo que chega com a pele inscrita e sua surpresa ao perceber que o texto se encontrava escondido em pequenas partes do corpo que pensara inicialmente não conter informação.

Tais questões refletem as emoções vivenciadas pelos personagens em relação ao texto escrito sobre a pele. Assim como a preocupação em garantir uma pele lisa e macia para apor a informação contida nas mensagens que serão transmitidas por meio dos corpos que

dinamizam os personagens do filme. Como constatam Kobashi e Tálamo (2003), “a informação é, de fato, um dos elementos básicos para inteligibilidade dos processos, sejam eles naturais ou culturais”. Desse modo, no filme, a presença e a ausência da informação aguçam os sentidos quando a ira do editor é assistida ao pensar que todo um livro estava perdido por achar que a chuva teria desmanchado um texto e se surpreender com o texto inscrito na língua.

Em sua teoria, Briet (2016) relata que todo documento produzido a partir de um primeiro é considerado secundário. Ao exemplificar que uma espécie rara de antílope catalogado e colocado em um zoológico também é documento, todo e qualquer documento produzido a partir dele – seja um artigo de jornal, um registro visual, um boletim ou uma nota técnica – é um documento secundário. Relacionando com o filme, isso corrobora a ideia da impossibilidade imediata de preservar o “documento”/corpo em seu estado natural na ausência da morte. O que se explica por que no filme os registros são realizados com tinta não permanente ou lavável; ou seja, se não se fizer um segundo registro por fotografia, vídeo, ou cópia manuscrita, a informação fica irrecuperável quando limpa, deixando a pele novamente com um espaço para novas informações. Além disso, a extração da pele com registros informacionais não seria aceitável em uma pessoa com vida. Desse modo, o documento primário se perde a partir do momento em que o registro é apagado do corpo. Qualquer outra tentativa de escrita do mesmo texto, é uma cópia do que foi apagado. Mesmo mantendo o suporte com forma e formato singular, pode ser difícil para o mesmo autor manter os mesmos traços e tamanhos do texto ou imagem anterior.

É importante não confrontar o documento em pele apenas como memória póstuma. Após a morte do sujeito, a pele preservada em sua totalidade ou fragmento apresenta informação e/ou fatos que contextualizam um período da humanidade, vivenciadas ou não, mas representadas por aquele corpo. Exemplo disso pode ser o acervo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses I.P. (INMLCF.IP), que reúne tatuagens dos presos portugueses do início do século XX que remontam à antiga Lisboa.¹ Outro exemplo são as cabeças tatuadas dos guerreiros das tribos Maoris que se encontram no museu nacional *Te Papa Tongarewa*, na Nova Zelândia e, ainda, 134 corpos mumificados com tatuagens ou pinturas corporais localizadas no complexo funerário Cerro Colorado no Peru (Luna, Enciso Y Majchrzak, 2019). Compreende-se, pois, que as “investigações sobre a materialização da informação através da documentação podem identificar os campos de força institucional, tecnológico, político, econômico e cultural - que configuram características públicas e sociais da informação” (Frohmann, 2006, p. 33). A pele enquanto documento possui em si informações que expressam situações vividas nas mais diversas esferas sociais. São relatos corporificados relacionados a momentos determinantes de um povo ou grupo e que podem agir diretamente na geração presente ou futura em função do conteúdo expresso.

Pensar na preservação do corpo ou parte dele após a morte é refletir sobre uma manifestação corporal que pode servir para a identificação humana. Tais questões também

¹ O MAIS PROFUNDO É A PELE. Coleção de tatuagens 1910-40 Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. MUDE, 2017. Disponível em: <http://www.mude.pt/exposicoes/o-mais-profundo-e-a-pele-colecao-de-tatuagens-191040-instituto-nacional-de-medicina-legal-e-ciencias-forenses_77.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

nos permitem refletir sobre a legislação que permita a extração da pele, para destino além do ensino e da investigação científica. Ciente da existência do acervo de peles tatuadas do INMLCF.IP constatei que a legislação portuguesa prevê no Decreto-Lei 11/1998 a dissecação de cadáveres ou extração de tecidos para fins de ensino e de investigação científica e que as peças anatómicas possam ser destinadas ao museu do serviço médico-legal.²

No Brasil esse ainda é um campo a ser explorado. Por isso, a mensagem maior que se extrai do filme é acerca da possibilidade do estudo das práticas de registro de preservação da pele humana após a morte, que possam ser resguardadas após a sua existência terrena, a fim de promover maior interlocução entre as gerações. Sendo a morte a única certeza da vida, cabe ao Estado prover uma legislação acerca da preservação do corpo ou de parte dele após morte, talvez, garantindo dispositivos legais, como o de doação de órgãos, para que o sujeito em vida, ou um familiar, possa destinar a sua pele quando possuidora de um registro de informação. A legislação existe para regular a sociedade em relação às suas ações. A falta de uma política para executar determinada ação, como a extração da pele de alguém visando salvaguardar uma lembrança ou memória, impede esse procedimento.

Preservar e conservar o corpo ou parte dele pode ter relevância histórica e social porque pode contar a história de povos e nações, a exemplo das pinturas indígenas, das pinturas corporais dos povos papuas, das tatuagens que numeravam e identificavam os judeus, das escarificações sofridas pelos negros escravizados, dentre outras. As práticas sociais da tatuagem são construídas em vida, mas muitas não são mantidas pós-morte, com exceção de alguns museus que possuem em seus acervos corpos mumificados, fragmentos de pele tatuada que se encontram em museus – como o Museu de Patologia da Universidade de Tóquio, no Japão, o INMLCF.IP em Portugal e a Welcome Collection no Museu da Ciência de Londres na Inglaterra.

Retomando o tema do dossiê desse número 10 da Revista M., podemos argumentar que a construção social de mortos é possível através de corpos que possuam inscrições em pele, que traduzam um período histórico, demonstrem fatos, sirvam de evidências e comprovações sociais de um povo. São características que também servem para individualizar e identificar um corpo e para representar um grupo. Por isso, é possível considerar que os corpos se tornam documentos por conterem informação materializadas pelo homem, tornando-se um acontecimento narrado e reproduzido em texto e imagem que contextualize um evento, adornos ou modificações corporais para expressar um costume ou uma cultura. Tais argumentos me levam a cogitar que aceitar o fim de um determinado corpo pode ser visto como um ato de não prezar pela memória histórica, social e cultural.

Preservar e conservar a pele após a morte confirma o que Briet (2016, p. 4) defendia. Para ela, as pessoas se satisfazem com outros tipos de documentos e a pesquisa científica pode ser realizada com outras unidades documentárias. É urgente ampliar o debate legal sobre a extração de pele humana para fins pessoais e culturais. Pensar em extração de pele implica em novos estudos por parte das ciências jurídicas e da medicina. No entanto, um trabalho multidisciplinar, em conjunto com profissionais de diversas áreas – como designers,

² PORTUGAL. Decreto-Lei nº 11, de 24 de janeiro de 1998. *Diário da República* – I SÉRIE- A, nº 20, p. 274, 1998.



antropólogos, historiadores, juristas, médicos, bibliotecários, arquivistas, museólogos, dentre outros –, poderá responder questões, tais como: é necessário preservar a pele humana? Quais aspectos legais devem ser observados? Qual cuidado se deve ter antes de morrer? A extração de um registro em pele pode ser objeto de doação para um ente querido? Como preservar a pele pós-morte? É possível ser emoldurada? Será enriquecedor agregar mais áreas do conhecimento como história, antropologia, arquivologia, museologia e outras, para desmistificar temas que giram em torno da morte do corpo físico.

Quanto mais o assunto morte for observado com naturalidade nas mais diversas áreas do saber, e também em momentos de lazer, como em um filme, outros temas afins poderão ser abordados sem temor e preconceito. Por isso, assistir *O Livro de Cabeceira* aprofunda olhares e sentimentos ainda controversos quando pensamos em vida e morte.

Referências Bibliográficas

BRIET, Suzanne. *O que é a documentação?* Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016. 106 p.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 7., 2006, Marília. *Anais [...]*. Marília: [s. n.], 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5679>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, (Edição Especial), p. 7-21, set./dez., 2003. <http://doi.org/10.1590/S0103-37862003000500001>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862003000500001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2020

LE COADIC, Yves François. *A Ciência da Informação*. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 124 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. 538 p.

LUNA, Pieter Dennis Van Dalen; ENCISO, Alfredo Altamirano; MAJCHRZAK, Łukasz. Marcas para la vida, señales para la muerte Los cuerpos tatuados de la cultura Chancay en Cerro Colorado, Huacho, Perú. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 344-377, mar. 2019. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9045>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

O LIVRO de Cabeceira. Direção e roteiro: Peter Greenaway. Produção: Kees Kasander. [S. l.]: Centurion; Kasander & Wigman Productions; Woodline Films Ltd., 1996. 1 DVD (126 min), son., color., 35 mm.

Enviado em: 30 de março de 2020

Aprovado em: 17 de novembro de 2020

